

# SUMÁRIO

---

Introdução – Breve Histórico .....	1
TÍTULO I – DA SUCESSÃO EM GERAL .....	13
Capítulo I – Disposições Gerais.....	15
1 Conceito de sucessão: sucessão <i>inter vivos</i> e sucessão <i>causa mortis</i> .....	15
2 Fundamento do direito sucessório.....	19
3 Sucessão hereditária em sentido objetivo e sucessão hereditária em sentido subjetivo.....	23
3.1 Sucessão hereditária em sentido objetivo .....	23
3.1.1 Objeto da sucessão: bens intransmissíveis por herança.....	52
3.2 Sucessão hereditária em sentido subjetivo .....	61
4 Da transmissibilidade (ou não) dos alimentos em sede sucessória.....	62
5 Herança e eventual meação .....	69
6 Designação sucessória e vocação hereditária.....	71
7 Abertura da sucessão hereditária .....	72
8 Sucessão do ausente.....	77
9 Sucessão do desaparecido político .....	84
10 Ausência para efeitos exclusivamente previdenciários.....	85
11 <i>Saisina (droit de saisine)</i> .....	87
12 Delação ou devolução sucessória.....	105
13 Lei aplicável à sucessão.....	108
14 Comoriência .....	114
15 Lugar da abertura da sucessão – sucessão no espaço .....	117
16 Sucessão internacional: estatuto legal sucessório a ser aplicado e competência .....	122
17 Espécies de sucessão.....	132
17.1 Quanto à destinação dos bens da herança: sucessão a título universal (herdeiros) e sucessão a título singular (legatários) .....	132
17.2 Quanto à fonte: sucessão legítima, sucessão testamentária, sucessão mista e sucessão contratual .....	134

17.2.1 Sucessão testamentária: noções.....	146
17.2.2 Sucessão legal anômala ou irregular.....	155
<b>Capítulo II – Da Herança e sua Administração.....</b>	<b>167</b>
1 Administração da herança.....	167
2 Responsabilidade pelos encargos da herança.....	169
3 Cessão da herança (cessão de direitos hereditários).....	171
3.1 Cessão de herança sobre bem individualizado.....	176
3.2 Da compra e venda de bem singularizado pertencente ao espólio antes da partilha ou da adjudicação.....	179
3.3 Conclusões.....	181
<b>Capítulo III – Da Vocação Hereditária.....</b>	<b>185</b>
1 Capacidade e legitimação para suceder.....	185
1.1 O nascituro e o art. 1.798 do Código Civil.....	194
1.2 O concepturo (reprodução assistida <i>post mortem</i> ).....	201
2 Capacidade ou legitimação testamentária passiva.....	208
2.1 Capacidade testamentária passiva das pessoas jurídicas.....	212
2.2 Incapacidade testamentária passiva ou falta de legitimação passiva.....	214
<b>Capítulo IV – Da Aceitação e Renúncia da Herança.....</b>	<b>226</b>
1 Aceitação da herança.....	226
1.1 Tipos de aceitação.....	237
1.2 Irrevogabilidade da aceitação.....	243
1.3 Aceitação do legado.....	244
2 Renúncia ou repúdio da herança.....	246
2.1 Espécies de renúncia.....	250
2.2 Irrevogabilidade, inexistência e invalidade da renúncia.....	253
2.3 Efeitos da renúncia.....	255
2.4 Outorga uxória ou marital na renúncia.....	262
2.5 Renúncia feita por incapaz (deficiente).....	265
2.6 Renúncia do herdeiro necessário que, em vida, recebeu adiantamento de legítima ou da parte disponível do hereditando.....	267
2.7 Renúncia ao legado.....	268
<b>Capítulo V – Da Indignidade.....</b>	<b>269</b>
1 Exclusão da sucessão por força da indignidade.....	269
2 Causas de indignidade.....	271
3 Legitimado ativo para a propositura da ação de indignidade no CC/1916 e no CC/2002.....	275

4	Prazo decadencial para o exercício do direito de exclusão por indignidade .....	279
5	Efeitos da sentença de indignidade .....	280
5.1	Efeitos da sentença de indignidade na sucessão legítima .....	281
5.2	Morte do indigno no curso da ação de indignidade: a ação perde o objeto ou prossegue? .....	282
5.3	Efeitos da sentença de indignidade na sucessão testamentária .....	285
6	Indivisibilidade da ação de indignidade .....	286
7	Indignidade e doação .....	287
8	Análise do parágrafo único do art. 1.816 do Código Civil .....	288
9	Atos ou negócios jurídicos praticados pelo indigno, antes da exclusão, relacionados aos bens ereptícios ( <i>ereptorium</i> ) .....	290
10	Perdão ou reabilitação do indigno .....	291
11	Diferenças entre indignidade, falta de legitimação passiva para suceder e incapacidade sucessória .....	292
12	Diferenças entre indignidade e deserdação .....	294
13	Diferenças e semelhanças entre indignidade e renúncia à herança, na sucessão legal e na sucessão testamentária .....	295
<b>Capítulo VI – Da Sucessão Legal a Favor do Poder Público: da Herança Jacente e da Herança Vacante .....</b>		
	<b>Herança Jacente .....</b>	<b>296</b>
1	Introdução .....	296
2	Histórico .....	297
3	Conceito de herança jacente .....	298
4	Outros modos de jacência da herança .....	301
5	Conceito de herança vacante .....	301
6	Poder Público: sucessor legal obrigatório .....	303
7	Efeitos da sentença de vacância .....	305
8	Herança vacante e a Lei 8.049/1990 .....	306
9	Sentença de vacância e sucessores colaterais .....	307
10	Sentença de vacância e credores do falecido .....	309
<b>Capítulo VII – Da Petição de Herança .....</b>		
	<b>Petição de Herança .....</b>	<b>310</b>
1	Ação de petição de herança ( <i>petitio hereditatis</i> ): conceito e características .....	310
2	Legitimação ativa e passiva .....	315
3	Da natureza jurídica da ação de petição de herança .....	317
4	Procedimento .....	318
5	Hipóteses comuns de cabimento da referida ação .....	319
6	Prazo prescricional .....	322
7	Terceiro adquirente .....	326

<b>Capítulo VIII – Dos Modos de Suceder e dos Modos de Partilhar a Herança.....</b>	<b>329</b>
1 Dos modos de suceder.....	329
2 Dos modos de partilhar a herança.....	331
2.1 Modos de partilhar a herança.....	331
3 Nexo entre modos de suceder e modo de partilhar.....	334
<b>TÍTULO II – DA SUCESSÃO LEGÍTIMA.....</b>	<b>335</b>
<b>Capítulo I – Da Nova Ordem de Vocação Hereditária.....</b>	<b>337</b>
1 Introdução.....	337
2 Herança .....	338
3 Uma visita ao direito anterior. Da sucessão dos filhos outrora denominados de filhos legítimos, legitimados e ilegítimos .....	342
4 Da sucessão do filho adotivo.....	344
5 A atual ordem de vocação hereditária.....	351
5.1 Sucessão dos descendentes .....	356
5.2 Multiparentalidade e herança.....	360
5.3 Da concorrência sucessória entre os descendentes do falecido e o cônjuge supérstite, e descendentes e companheiro supérstite.....	375
5.3.1 Cônjuge ou companheiro sobrevivente consorciados pelo regime da comunhão universal (1ª parte do inciso I do art. 1.829 c/c arts. 1.667 e 1.725 do CC).....	378
5.3.2 Cônjuge e companheiro sobrevivente consorciados pelo regime da separação legal ou obrigatória (2ª parte do art. 1.829, inciso I, do CC c/c art. 1.641, incisos I a III, do CC, bem como parágrafo único e incisos do art. 258 do CC/1916).....	380
5.3.3 Cônjuge ou companheiro sobrevivente consorciados pelo regime da separação convencional (arts. 1.687 e 1.725 do CC) .....	393
5.3.4 Cônjuge ou companheiro sobrevivente consorciados pelo regime da comunhão parcial.....	407
5.3.5 Cônjuge ou companheiro sobrevivente consorciados pelo regime de participação final nos aquestos (arts. 1.672 e 1.725 do CC).....	416
5.3.6 Cônjuge ou companheiro sobrevivente consorciados pelo regime misto ou atípico (arts. 1.639, <i>caput</i> , e 1.725 do CC).....	418
5.3.7 Conclusão.....	419
5.4 Direito sucessório e separação de fato .....	420
5.5 Sucessão do cônjuge sobrevivente individualmente considerado .....	431
5.6 Concorrência entre o cônjuge sobrevivente e o companheiro sobrevivente? .....	434
5.7 Sucessão dos ascendentes.....	437
5.8 Situação hereditária do companheiro sobrevivente (histórico e inconstitucionalidade).....	439
5.9 Companheiro sobrevivente: herdeiro facultativo ou necessário? .....	482

6	Direito sucessório e união estável putativa.....	491
7	Direitos sucessórios na união homoafetiva.....	493
8	Outros direitos sucessórios do cônjuge e do companheiro sobreviventes: direito real de habitação sucessório e usufruto legal sucessório .....	501
8.1	Direito real de habitação sucessório: definição, características e controvérsias.....	501
8.2	Usufruto legal sucessório .....	517
9	Sucessão dos colaterais.....	518
<b>Capítulo II – Dos Herdeiros Legítimos Necessários e Facultativos.....</b>		<b>524</b>
1	Introdução.....	524
2	Dos herdeiros necessários: definição e proteção .....	526
3	Dos herdeiros facultativos .....	532
4	Do companheiro sobrevivente: onde se enquadra?.....	533
<b>Capítulo III – Das Cláusulas Restritivas da Propriedade e o Direito Sucessório.....</b>		<b>545</b>
1	Origem histórica e natureza jurídica .....	545
2	Natureza jurídica das cláusulas restritivas.....	546
3	Da cláusula de inalienabilidade.....	547
3.1	Conceito .....	547
3.2	Natureza jurídica.....	549
3.3	Classificação.....	550
3.3.1	Quanto à extensão.....	550
3.3.2	Quanto à duração .....	550
3.3.3	Quanto à instituição.....	551
3.4	Efeitos da cláusula de inalienabilidade.....	552
3.4.1	Proibição de alienar e seus desmembramentos.....	553
3.4.2	Renúncia à herança e cláusula de inalienabilidade.....	555
3.4.3	Nulidade em face do descumprimento .....	556
3.5	Da sub-rogação de vínculos de bens inalienáveis.....	559
3.5.1	Conceito .....	559
3.5.2	A sub-rogação no Código Civil de 1916 .....	559
3.5.3	No Código Civil atual .....	561
3.5.4	Da sub-rogação para bem do casal .....	561
3.5.5	Do juízo competente para análise da sub-rogação .....	562
3.6	Da dispensa do gravame por decisão judicial .....	562
3.7	A questão da usucapião.....	566
3.8	Resistências doutrinárias à cláusula de inalienabilidade .....	567
3.8.1	Resistências práticas.....	567
3.8.2	Resistências econômicas.....	567
3.8.3	Resistências constitucionais.....	568
3.9	Objecção à extensão da cláusula de inalienabilidade aos frutos da coisa onerada.....	570

4	Cláusula de impenhorabilidade .....	570
4.1	Conceito .....	570
4.2	Oponibilidade.....	571
4.3	Impenhorabilidade temporária e vitalícia .....	572
4.4	Penhora sobre frutos e rendimentos.....	574
4.4.1	Histórico legislativo da matéria.....	574
4.4.2	Considerações.....	576
5	Cláusula de incomunicabilidade.....	579
5.1	Conceito .....	579
5.2	Instituição isolada da cláusula de incomunicabilidade.....	581
5.3	Outorga marital ou uxória .....	583
5.4	A incomunicabilidade dos frutos e rendimentos dos bens incomunicáveis.....	584
6	Da cláusula de insub-rogabilidade nas cláusulas restritivas em geral.....	585
7	A questão da legítima e da justa causa.....	586
7.1	O Código Civil de 1916 e suas críticas .....	586
7.2	O Código Civil de 2002 e sua proposta conciliatória.....	589
7.2.1	A obrigatoriedade de o testador apresentar justa causa para clausular bens da legítima também recebe suas críticas .....	590
7.2.2	A justa causa na antecipação da legítima nas doações .....	592
7.3	A regra de transição do Código Civil de 2002 .....	595
8	Da caducidade e do cancelamento das cláusulas restritivas.....	597
<b>Capítulo IV – Do Direito de Representação.....</b>		<b>599</b>
1	Conceito e natureza jurídica.....	599
2	Direito de representação em Roma.....	604
3	Pressupostos e requisitos .....	605
4	Efeitos .....	609
5	Distinção entre direito de representação e direito de transmissão.....	610
6	Direito de representação na linha reta descendente.....	610
7	Direito de representação e o filho adotivo .....	613
8	Direito de representação na linha colateral.....	614
9	Direito de representação e renúncia à herança.....	615
<b>TÍTULO III – DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA NO NOVO CÓDIGO CIVIL.....</b>		<b>617</b>
<b>Capítulo I – Do Testamento em Geral.....</b>		<b>619</b>
1	Noções introdutórias .....	619
2	Conceito e características do testamento .....	622
3	Princípios .....	642

3.1	Princípio da liberdade de testar, não testar e revogar o testamento.....	642
3.2	Princípio da prevalência da vontade do testador ( <i>in favor testamenti</i> ).....	643
4	Testamento vital ou biológico.....	647
5	Testamento realizado no exterior, tendo por objeto bens situados no Brasil .....	648
<b>Capítulo II</b>	<b>– Da Capacidade Testamentária.....</b>	<b>652</b>
1	Noções introdutórias .....	652
2	Da capacidade testamentária ativa.....	653
3	Da capacidade testamentária passiva .....	666
<b>Capítulo III</b>	<b>– Das Formas de Testamento.....</b>	<b>667</b>
1	Breves considerações.....	667
2	Testamentos ordinários ou comuns.....	670
2.1	Testamento público.....	670
2.2	Testamento cerrado .....	686
2.3	Testamento particular (hológrafo ou com escrita por meios mecânicos).....	693
3	Testamentos especiais ou extraordinários.....	703
3.1	Testamento marítimo .....	703
3.2	Testamento aeronáutico .....	705
3.3	Testamento militar e testamento militar nuncupativo.....	706
4	Conversão do negócio jurídico nulo em matéria testamentária .....	707
5	Codicilo.....	710
<b>Capítulo IV</b>	<b>– Das Disposições Testamentárias .....</b>	<b>715</b>
1	Introdução.....	715
2	Designação de herdeiro ou legatário.....	716
3	Interpretação do testamento .....	717
4	Testemunhas testamentárias .....	724
5	Deixas ou disposições testamentárias.....	728
6	Classificação das disposições testamentárias .....	731
6.1	Disposições testamentárias puras e simples .....	731
6.2	Disposições testamentárias condicionais.....	733
6.3	Disposições testamentárias a termo, modais, com encargo ou por certo motivo.....	750
7	Cláusulas restritivas: inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade....	755
<b>Capítulo V</b>	<b>– Dos Legados .....</b>	<b>756</b>
1	Distinção entre herdeiro e legatário.....	756
1.1	Distinções finais entre herdeiro e legatário .....	758
2	Legado. Conceito. Características.....	762
2.1	O art. 2.014 do Código Civil.....	769
3	Dos sujeitos do legado .....	770

4	Encargos do legatário .....	773
5	Transmissibilidade do legado: efeitos e pagamento .....	776
6	Espécies de legado .....	784
6.1	Quanto à sua modalidade .....	784
6.1.1	Legado puro .....	784
6.1.2	Legado a termo .....	785
6.1.3	Legado condicional .....	786
6.1.4	Legado modal ou com encargo ( <i>sub modus</i> ) .....	791
6.1.5	Legado por certo motivo ou causa .....	795
6.2	Quanto ao seu objeto .....	795
6.2.1	Legado de coisas .....	795
6.2.2	Legado de crédito (art. 1.918, 1ª parte, do CC) .....	798
6.2.3	Legado de débito .....	799
6.2.4	Legado de alimentos (art. 1.920 do CC) .....	800
6.2.5	Legado de usufruto (art. 1.921 do CC) .....	802
6.2.6	Legado de imóveis (art. 1.922 do CC) .....	804
6.3	Outras espécies de legado .....	806
6.3.1	Legado alternativo (arts. 1.932 a 1.934 do CC) .....	806
6.3.2	Legado de direitos reais .....	807
6.3.3	Legado de universalidade .....	808
7	Aceitação e renúncia do legado .....	808
8	Caducidade do legado .....	810
8.1	Outras causas de caducidade acrescentadas pela doutrina .....	812
9	Destino dos bens quando ocorre a extinção dos legados .....	813
<b>Capítulo VI – Do Direito de Acrescer na Sucessão Testamentária</b> .....		815
1	Origem .....	815
2	Conceito .....	816
3	Espécies de nomeação conjunta .....	820
4	Direito de acrescer entre os coerdeiros .....	823
5	Direito de acrescer entre os colegatários .....	824
6	Direito de acrescer no legado de usufruto .....	827
<b>Capítulo VII – Das Substituições Testamentárias</b> .....		830
1	Origem .....	830
2	Conceito .....	831
3	Espécies de substituição testamentária .....	832
3.1	Substituição vulgar, comum ou direta .....	832
3.1.1	Características gerais .....	835
3.1.2	Caducidade .....	838



3.2	Substituição fideicomissária ou em confiança (fideicomisso).....	838
3.2.1	Requisitos .....	847
3.2.2	Direitos e deveres do fiduciário.....	848
3.2.3	Direitos e deveres do fideicomissário .....	854
3.2.4	Caducidade do fideicomisso .....	856
3.2.5	Diferenças entre fideicomisso e usufruto.....	859
3.3	Substituição mista ou compendiosa .....	860
<b>Capítulo VIII – Da Deserdação .....</b>		<b>862</b>
1	Conceito .....	862
2	Semelhanças e diferenças entre a deserdação e a indignidade.....	865
3	Pressupostos .....	866
4	Causas específicas da deserdação dos descendentes e dos ascendentes no Código Civil .....	879
5	Deserdação do cônjuge (e do companheiro).....	883
6	Efeitos .....	884
7	Deserdação <i>bona mente</i> .....	886
8	Deserdação parcial.....	887
9	Perdão ou reabilitação do deserdado .....	888
10	Diferença entre deserdação e erepção.....	889
<b>Capítulo IX – Da Redução das Disposições Testamentárias .....</b>		<b>892</b>
1	Generalidades.....	892
2	Critérios para se encontrar a parte legítima e a parte disponível .....	896
3	Ordem de redução .....	897
4	Redução no legado de bem ou prédio indivisível.....	898
5	Redução das doações inoficiosas .....	899
<b>Capítulo X – Da Ineficácia do Testamento.....</b>		<b>907</b>
1	Ineficácia do testamento em sentido amplo.....	907
1.1	Inexistência jurídica do testamento.....	908
1.2	Invalidade do testamento.....	916
1.2.1	Nulidade do testamento .....	916
1.2.2	Anulabilidade do testamento.....	930
2	Ineficácia testamentária em sentido estrito: revogação, caducidade e rompimento ...	935
2.1	Revogação do testamento .....	936
2.2	Caducidade do testamento .....	942
2.3	Ruptura do testamento ou rompimento do testamento.....	944

<b>Capítulo XI – Do Testamenteiro.....</b>	<b>951</b>
1 Características e nomeação .....	951
2 Das atribuições, tipos e responsabilidades do testamenteiro .....	953
3 Da remuneração e peculiaridades da testamentaria .....	955
<b>TÍTULO IV – DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA.....</b>	<b>963</b>
<b>Capítulo I – Do Inventário .....</b>	<b>965</b>
1 Introdução.....	965
2 Conceito e características do inventário <i>mortis causa</i> .....	966
2.1 Preâmbulo: Da necessidade de nomeação de curador especial quando o incapaz efetivamente concorre na partilha com o seu representante ou assistente legal, ou quando não tiver representante ou assistente .....	969
2.1.1 Natureza jurídica do procedimento.....	974
3 Conteúdo do inventário judicial .....	979
4 Formas de procedimento do inventário judicial.....	982
5 Detalhes do inventário comum, solene ou tradicional.....	986
5.1 Do administrador provisório .....	987
5.2 Do inventariante.....	990
5.3 Da nomeação do inventariante .....	991
5.4 Das funções do inventariante .....	994
5.4.1 Do balanço e da apuração de haveres.....	997
5.5 Da remoção do inventariante. Detalhes.....	1004
5.6 Das citações.....	1005
5.7 Da avaliação dos bens do espólio.....	1008
6 Inventário judicial sob a forma de arrolamento sumário. Destaques .....	1011
7 Inventário judicial sob a forma de arrolamento comum ou simples. Destaques ....	1014
8 Inventário negativo. Detalhes.....	1018
9 Inventário e partilha extrajudiciais.....	1019
9.1 Introdução.....	1019
9.2 Requisitos .....	1023
9.3 Competência territorial.....	1026
<b>Capítulo II – Dos Sonogados.....</b>	<b>1029</b>
1 Introdução.....	1029
2 Conceito e características da sonegação.....	1031
3 Penas .....	1034
4 Caracterização .....	1035
5 Notas acrescidas sobre a ação de sonogados.....	1036
6 Efeitos da ação de sonogados .....	1039

<b>Capítulo III – Do Pagamento das Dívidas.....</b>	<b>1042</b>
1 Origem.....	1042
2 Introdução.....	1042
3 Procedimento do pagamento das dívidas.....	1044
4 Discriminação de patrimônio.....	1046
5 Responsabilidade dos herdeiros.....	1046
6 Herdeiro devedor do espólio.....	1047
<b>Capítulo IV – Da Colação.....</b>	<b>1048</b>
1 Origem histórica.....	1048
2 Noções introdutórias e definição.....	1049
3 Momento em que a colação deve ser realizada.....	1056
4 Natureza jurídica da colação.....	1059
5 Colação e redução das disposições testamentárias.....	1060
6 Colação e redução das doações.....	1061
7 Liberalidade inoficiosa na doação para descendentes e cônjuge.....	1068
8 Pressupostos da colação.....	1071
9 Atos ou negócios que não geram o dever de colacionar.....	1075
10 Colação e partilha em vida.....	1077
11 Colação e doação feita a um casal ou a um cônjuge.....	1079
12 Sucessores sujeitos ao dever de colacionar: colação, renúncia e exclusão da herança.....	1080
13 Histórico: Modos ou formas de se fazer a colação no tempo e no espaço.....	1083
13.1 No Código Civil de 1916 e no Código de Processo Civil de 1973.....	1083
13.2 A colação no Código Civil de 2002, aplicável às doações como adiantamento de legítima a favor dos descendentes e cônjuge do inventariado.....	1086
13.3 Colações em relação às sucessões abertas a partir da vigência do Código de Processo Civil de 2015.....	1094
14 Consequências da infração ao dever de colacionar.....	1096
<b>Capítulo V – Da Partilha.....</b>	<b>1099</b>
1 Origem.....	1099
2 Conceito.....	1100
3 Diretrizes acerca da partilha.....	1103
4 Princípios a serem observados na partilha.....	1105
4.1 Princípio da igualdade.....	1105
4.2 Princípio da comodidade.....	1106
4.3 Princípio da prevenção de litígios.....	1109
5 Requerimento de partilha.....	1109
6 Formal de partilha.....	1114

7	Espécies de partilha.....	1115
8	Adjudicação dos bens.....	1118
9	Sobrepilha .....	1118
10	Da garantia dos quinhões hereditários.....	1119
11	Anulabilidade, rescisão, nulidade e inexistência jurídica da partilha.....	1121
<b>Adendo</b> .....		1130
<b>Referências Bibliográficas</b> .....		1142